

ENEM: NO ACONTECIMENTO DISCURSIVO, O GRÁFICO COMO LUGAR DE LINGUAGEM¹

ENEM: IN THE DISCOURSE EVENT, THE GRAPHIC AS PLACE OF LANGUAGE

Eliana de Almeida²
 Universidade do Estado de Mato Grosso
 (tofinho@yahoo.com.br)

Amilton Flávio Coleta Leal³
 Universidade do Estado de Mato Grosso
 (amiltonflavio@hotmail.com)

RESUMO: Este trabalho, inscrito na perspectiva da Análise de Discurso, situada epistemologicamente no materialismo histórico, com Michel Pêcheux (2010, 2012), e Eni Orlandi (1999, 2007 e 2011), no Brasil, visa a compreender a relação sujeito/escrita, conforme mediada pelas políticas de Estado. Refletiremos sobre a língua(gem), a partir da política de avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e a posição sujeito-aluno frente às práticas normalizadoras de escrita no Exame Nacional. A escolha do estudo sobre o discurso das políticas de língua, a partir do Enem, se deve ao fato da minha pesquisa do doutorado tratar da referida temática. Para tanto, neste trabalho, abordaremos as contribuições da teoria para a pesquisa, sobretudo mostrar em quê o material de linguagem toca em relação à Análise de Discurso (AD). Assim, destacamos a relevância deste estudo para o domínio da linguagem, principalmente para os pesquisadores que se voltam a pensar sobre as políticas educacionais, pois dada a importância desse Programa para o Estado, as reflexões aqui articuladas, à luz dos teóricos citados, incidem sobre a constituição de uma posição-sujeito, institucionalizada por um imaginário de escrita inscrito na política avaliativa do Exame Nacional.

Palavras-chave: Escrita. Enem. Sujeito.

ABSTRACT: This paper – inscribed in the perspective of Discourse Analysis, located epistemologically in historical materialism, with Pêcheux (2010, 2012), and, in Brazil, with Eni Orlandi (1999, 2007, and 2011) – aims to understand the subject/writing relationship, as mediated by state policies. We reflect on the language, from the evaluation policy of the National Secondary Education Examination (ENEM), and the subject-student front position to normalizing practices writing the National Examination. The choice of study on the discourse of language policies, from the ENEM, is because of my doctoral research dealing with this theme. Therefore, in this article we will discuss the contributions of the theory for research, especially in show what the language material plays in relation to Discourse Analysis. Thus, we highlight the relevance of this study to the field of language, especially for researchers who occupy themselves with educational policies. Given the importance of this program to the state, the reflections here articulated concern the formation of a subject position institutionalized by the writing imaginary inscribed on evaluative policy of the National Examination.

Keywords: Writing. Enem. Subject.

¹ O presente artigo é um recorte do Projeto de Doutorado em andamento (2016).

² Doutora em Linguística pela UNICAMP. Professora da Graduação e Pós-Graduação na UNEMAT.

³ Doutorando em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Pensar o Exame Nacional enquanto fato discursivo de linguagem recorta questões sobre os gestos de leitura e de escrita, enquanto práticas que permeiam as distintas condições de produção dos sujeitos e das instituições as quais estes estão inseridos, pois ao refletirmos sobre a política nacional de avaliação do ENEM, inúmeras questões emergem, dentre estas, uma muito ‘cara’ ao ensino no Brasil: a relação sujeito/escrita. Essa é uma questão que nos instiga, pois o Exame Nacional é uma avaliação em larga escala que está posta, atualmente, como condição de acesso ao ensino superior para a grande maioria das universidades no país. Nesse sentido, interessa-nos refletir sobre a posição-sujeito que fura com o imaginário de “escrita ideal” inscrito na política nacional de avaliação do ENEM.

O ENEM, da primeira edição (1998) para a décima sétima (2015), saltou de 157,2 mil para mais de 9,5 milhões de inscritos. Dados do INEP⁴ afirmam que esse alargamento/repercussão do Exame se deu, sobretudo, após o MEC⁵ instituir o SISU⁶ e o ProUni⁷, que tem uma política de bolsas de estudos a alunos de todo o país, em IES⁸, a partir da nota obtida no Exame.

Em termos organizacionais, o ENEM deriva de uma política do INEP, legitimada por um discurso pedagógico (e de poder do Estado), que diz sobre o processo avaliativo do aluno ao final do ensino médio, ou seja, configura um apontamento para o ensino médio, uma vez que o acesso ao ensino superior depende da base constitutiva desta etapa de ensino. Dessa maneira, pode-se dizer que o Exame passou a funcionar, ao longo das edições, como uma política avaliativa que possibilita o acesso ao ensino superior. Em outras palavras, tal avaliação tem a ver com o conhecimento: a forma como o sujeito aluno vivencia a prática pedagógica.

Trazemos na imagem, a seguir, gráficos que dizem sobre o desempenho dos alunos na redação do ENEM/2015. Esse é o recorte em que trabalharemos no batimento entre descrição e interpretação na construção/tessitura da análise.

Os percentuais da figura (01) mostram a maneira como o INEP distribui, quantitativamente, os participantes conforme a nota obtida na redação, classificando-os de acordo com o desempenho na escrita do texto dissertativo.

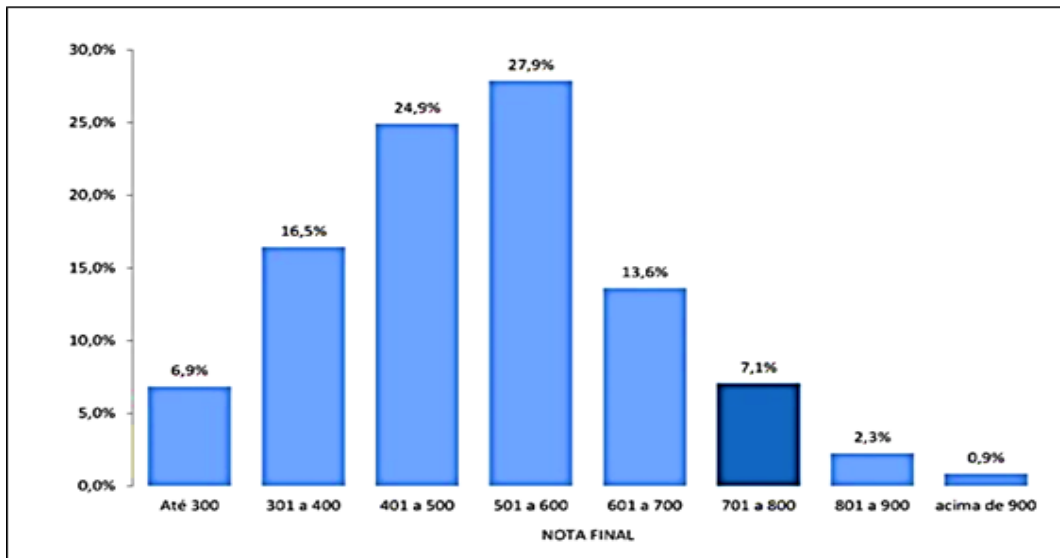
⁴ Instituto Nacional de Pesquisas e Estatísticas Anísio Teixeira.

⁵ Ministério da Educação e Cultura.

⁶ Sistema de Seleção Unificada.

⁷ Programa Universidade para todos.

⁸ Instituições de Ensino Superior.

Figura 01: Desempenho dos candidatos na redação (ENEM, 2015)

Fonte: Disponível em: www.inep.gov.br/resultados/enem. Acessado em: 08. jul de 2016.

O resultado textualizado nos gráficos aponta para um lugar sobre o ensino da escrita no Brasil. Isso nos faz perguntar, diante do papel fundamental da instituição escolar, sobre o ensino de Língua Portuguesa no Brasil (Políticas do Estado), de que modo os gráficos do ENEM, material de linguagem, significam o saber da/sobre a “língua ideal” nos seletivos para o acesso às Universidades? Dessa maneira, inscritos na teoria da Análise de Discurso Francesa propomos pensar a relação sujeito/escrita, conforme materializados nos gráficos do ENEM, como uma questão que nos move a refletir as discursividades do Exame Nacional e seus efeitos de sentido produzidos em âmbito nacional.

Posto isso, gostaríamos de fazer, aqui, não um recuo, mas dizer da importância da AD para os estudos da linguagem, bem como apresentar pontos essenciais em relação à teoria de Pêcheux para, posteriormente, refletirmos – já situados teoricamente – sobre nosso material de linguagem.

Um lugar para se pensar a teoria da Análise de Discurso: Pêcheux e suas contribuições

A compreensão de Pêcheux em relação à maneira como os sentidos se produzem (saindo do lugar da evidência) o faz pensar na necessidade de uma ruptura teórica, colocando a AD como uma disciplina de entremeio. O autor propõe, como

“aventura teórica”, pensar a Ciência a partir da falha, isto é, essa também se produz pela falta, pelos passos em falso, diríamos.

Para o teórico, há três pontos nodais que incidem nessa ruptura: **a não transparência da linguagem, a historicidade dos sentidos e a passagem da noção de homem para a de sujeito** (PECHÊUX, 2009). Tudo isso porque para Pêcheux, a noção de discurso leva em consideração duas outras questões, eminentemente, fulcrais: a língua tem uma ordem sujeita à falha e o sujeito é um sujeito de linguagem. Essas são questões centrais para aquilo que o autor se propõe a pensar em relação a uma teoria do discurso. O que o inquietava era a contradição. Para ele, todas as ciências que evitavam a contradição (achando que constituía um erro) a têm como constitutiva. Dessa forma, é exatamente uma ciência que falta que vai dar conta de um sujeito da falha, da incompletude. Essa preocupação de Pêcheux em sair da dimensão do conteúdo e ir para a dimensão do funcionamento é algo que faz a AD se instalar como um espaço das incertezas e não da verdade absoluta, visto que tal disciplina pressupõe a busca, a pesquisa, a construção.

O percurso de Michel Pêcheux, na elaboração da Análise de Discurso, enquanto uma forma de reflexão sobre a linguagem, não se estabiliza na evidência, mas trabalha no entremeio, na possibilidade do furo, da falta, da imperfeição, como constitutivos do discurso em funcionamento. É extremamente importante o legado que Michel Pêcheux deixou para os estudos das Ciências da Linguagem. Igualmente formidável é aquilo que ele representou na/para a construção de uma teoria do discurso e sua posição inscrita no Materialismo Histórico.

Para nós, esse breve retrospecto é salutar, pois constitui um saber sobre a contribuição de Pêcheux à teoria, além de funcionar como base para refletirmos sobre questões de nosso material que nos inquietam. Dito de outro modo, o que possibilita o movimento da teoria é o próprio objeto e esse nos coloca em lugares teóricos diferentes. Dessa forma, discorreremos, a posteriori, sobre questões pertinentes naquilo que o material de linguagem toca(ou) em relação à disciplina da Análise de Discurso.

Retomando nossa inquietação, anteriormente, apresentada, pode-se dizer que a referida teoria propõe compreender os processos de significação e constitui-se num modo de leitura que interroga a evidência dos sentidos. Nesse sentido, a imagem que trazemos como material de linguagem (fig. 01) textualiza, a partir de gráficos, o

desempenho dos candidatos na redação do ENEM, dividindo-os em oito grupos, em que a nota varia entre até “300 à acima de 900 pontos”.

Nota-se que o gesto de avaliar, compreendido como o momento final de um processo, de um ciclo, funciona como um parâmetro que divide os participantes entre “melhor e pior” em relação à escrita. Dessa forma, os gráficos configuram um lugar de leitura em que se lê a prova do ENEM como uma medida de resultado final, permitindo-nos interpretá-los numa perspectiva individualizada, em que se desconsideram as condições de produção do aluno em relação ao próprio sistema de ensino.

Os dados numéricos do ENEM/2015 apontam que a maioria dos participantes (mais de 50%) obteve nota mediana na redação, que varia de 401 a 600 pontos. Entretanto, interessa-nos refletir sobre o “modelo de aluno”, projetado pelo discurso do ENEM como “ideal” e que, injungido a atender aos critérios avaliativos da redação, obtém nota 1.000. Dessa maneira, o resultado mostra que 0,9%, dos mais de oito milhões de participantes, alcançou notas superiores a 900 pontos. Matematicamente, (setenta e dois mil) candidatos estão inscritos no que se denomina “modelo” proposto na/para a escrita da redação. No entanto, este grupo se divide, ainda, entre os que obtiveram mais de 900 pontos e os que alcançaram nota 1.000, ou seja, a quantidade de alunos que obtiveram nota máxima na redação ainda é inferior a 72.000 candidatos.

Diante das desproporções materializadas no gráfico, há que se pensar que o ensino da escrita está um nível mediano, isto é, o ENEM, que é a possibilidade de acesso ao ensino superior, dá a ler um resultado sobre a escrita dos alunos que se volta a um nível médio.

Discursivamente, compreende-se que a minoria (0,9%) faz jus ao imaginário de escrita, tal como propõe a formulação da proposta de redação, que solicita ao candidato “escrever, organizar, selecionar, relacionar ideias e argumentos em defesa de um ponto de vista”. Tem-se, assim, uma estratificação numérica, na qual fazer jus ao imaginário de uma escrita ideal não é uma “atividade” realizável e/ou acessível para cem por cento (100%) dos participantes, se consideradas as distintas condições de produção. Em outras palavras, o desempenho dos candidatos aponta que uma quantidade ínfima de participantes atende aos critérios que dizem respeito ao domínio da norma da língua e daquilo que propõe a política avaliativa do Exame Nacional.

A nosso ver, tal avaliação mantém uma estreita relação com a competência para a escrita, o que resulta em um discurso de autoconhecimento, método para o desenvolvimento, para a capacitação e seleção de candidatos aptos a ocuparem os lugares nas universidades públicas. Assim, refletir sobre o político na escrita é uma questão que envolve as relações de poder e, tal como Rancière (1995), compreendemos que estas particularizam uma redivisão de sujeitos, sob a forma de classificação e seleção, excluindo aqueles que, pela escrita, não demonstram competências exigidas pelo Estado.

Nessa linhagem, Althusser (2010), em **Aparelhos Ideológicos de Estado**, diz que a Escola é uma instituição que tem a função de transmitir os sentidos legitimados, institucionalizados. Esta é uma questão que faz aflorar reflexões sobre os efeitos de sentido de escrita⁹ produzidos na Escola, como instituição que reproduz as normas do Estado. Sendo assim, dos resultados dos gráficos, pode-se dizer que a escrita funciona como o resultado que o aluno dá a ler daquilo que produziu. Dito de outra forma, o resultado de sua produção é colocado num gráfico e o aluno é um produto materializado neste gráfico.

Pelo fio do discurso, nota-se que há um imaginário de aluno pretendido para a prova de redação. Essa projeção pode ser interpretada como um furo a partir do que textualizam os resultados quantitativos da figura (01). Sendo assim, há de se pensar que a forma-sujeito projetada no discurso do Exame Nacional está aquém do aluno pretendido como “ideal”, na formulação dos critérios avaliativos. Observa-se, entre outras coisas, que o baixo desempenho dos alunos na escrita é um fato que legitima o distanciamento entre o imaginário de ideal versus real, no processo avaliativo do ENEM.

Nessa perspectiva, ao tomarmos o gráfico, discursivamente, observa-se que o distanciamento da posição-sujeito real em confronto ao sujeito-aluno ideal, inscrito nas políticas institucionais do ENEM se alarga. Ou seja, o que trazemos para reflexão é um extrato dos mais de oito milhões de inscritos no ENEM 2015, do qual somente setenta e dois mil (0,9%) inscrevem-se no rol da projeção imaginária ideal de escrita do Exame, ao passo que 99% está fora dessa projeção imaginária de escrita legitimada pelo discurso do INEP (cf. figura 01). Nessa direção, o lugar da contradição,

⁹ Este é um assunto que demanda maiores reflexões, entretanto, não adentraremos em análises, uma vez que este não é o fio condutor deste trabalho.

do furo, daquilo que vaza com o imaginário de uma escrita “homogênea”, nos faz pensar no lugar da discrepância, materializada no gráfico, isto é, o lugar da dispersão desse imaginário.

Sujeito e escrita: o imaginário de ideal versus real nas políticas de escrita do ENEM

Falar da relação sujeito/escrita, no presente trabalho, nos faz trazer Auroux (1992) enquanto uma ferramenta tecnológica. Para ele, a escrita se produz pelo conhecimento à língua, pela qual nos significamos. Nessa esteira, Rancière (1995) afirma que,

[...] antes de ser o exercício de uma competência, o ato de escrever é uma maneira de ocupar o sensível e de dar sentido a essa ocupação. Não porque a escrita é o instrumento do poder ou a via real do saber, em primeiro lugar, que ela é coisa política (p. 07).

Para o autor, a escrita é o lugar do político. Não do político de fazer política, mas lugar da disjunção. O trabalho com a escrita, segundo o autor, é um gesto político e sujeito à divisão; é algo que não se realiza sem significação. Na direção do que é proposto pelos teóricos, entendemos que a escrita é política porque é um gesto que determina a forma da sociedade pela divisão política das posições-sujeito. Assim, compreendemos que ela é política porque traça e significa uma (re) divisão entre as posições dos sujeitos que, pelas relações de poder instituídas socialmente, opera uma divisão entre a ordem do discurso e a das condições de produção, nas quais os sujeitos estão inscritos.

Pensando na relação entre os autores, que tratam da escrita como a divisão do político e a língua como lugar dessa disjunção, podemos dizer que a política de avaliação do Exame Nacional produz um efeito de silenciamento ao, imaginariamente, propor certa uniformidade na escrita da redação. O político, na perspectiva discursiva, refere-se à divisão dos sentidos, uma vez que não são unos, embora se tenha a ilusão de serem (ORLANDI, 2010). Para a autora, essa divisão tem a ver com o fato de que a nossa sociedade é estruturada pela estratificação das relações de poder. Nesse sentido, refletir sobre o político na escrita é um gesto que determina a relação deste com a sociedade e com a história, fazendo significar um imaginário de sujeito letrado, culto, competente. Isso nos remete ao nosso material em análise como um lugar de

enquadramento a um ideal de escrita, na qual é proposto, ao candidato, que produza um texto condizente com uma proposta instituída ao seletivo de disputa nacional.

Por um lado, há um consenso instituído no perfil da prova, nas instruções que configuram a possibilidade do ingresso à universidade. Por outro, entretanto, silenciam-se as diferenças em relação às práticas de escrita das distintas regiões do país. Há regulações, há certas imposições que norteiam o candidato, ou seja, não se escreve o que se quer. Há um fio condutor, uma projeção imaginária de um sujeito-leitor, de um candidato x, e a sociedade funciona interpelada pelas relações jurídicas, pelo político.

Henry (2013) diz que a relação do imaginário com o real (constitutivo do sujeito) passa pelo simbólico. Nesse sentido, entendemos que a projeção imaginária do sujeito-aluno é proveniente da Lei que sustenta a concepção de língua no ENEM. Tal projeção é uma posição de Estado, de regularidade da prova. Entretanto, sabe-se que o imaginário de aluno, inscrito nas proposições de língua escrita do Estado (INEP) é produto de um espaço (Escola) diversificado. Assim, a análise do gráfico torna-se um lugar em que se pode observar um refinamento na proposição de escrita do ENEM, na qual poucos estão inscritos no lugar legitimado do acesso à universidade.

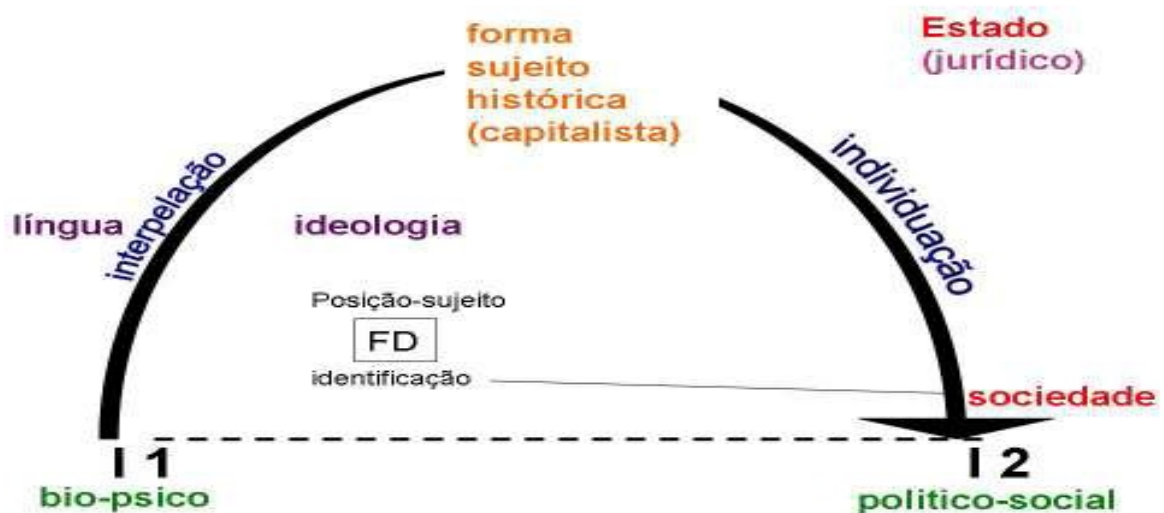
A leitura do gráfico possibilita-nos entendermos que política de avaliação do ENEM projeta, imaginariamente, uma forma-sujeito para a escrita da redação e, conseqüentemente, para o ensino superior. No entanto, o discurso de 'acesso' não condiz com as disparidades de condições de produção, uma vez que a política seletiva e classificatória do Exame aponta para um lugar em que a projeção para a escrita da redação é uma prática acessível para uma quantidade ínfima de candidatos. Dessa forma, compreendemos que o Exame Nacional tem instituído uma política de escrita que joga com o ideal, o modelo de sujeito pretendido para tal prática, entretanto há uma discrepância que fura com essa projeção. Em outras palavras, há um sujeito que vaza e não corresponde aos moldes daquilo que a política de avaliação constrói/projeta.

Na perspectiva discursiva, a língua, concebida como materialidade linguística, é lugar da manifestação das relações de força, o que nos permite compreender como um objeto simbólico, a língua, produz sentidos. No caso específico da escrita da redação, há o assujeitamento às condições impostas pelo Estado. Sobre isso, Orlandi (2007), dirá que o Estado individualiza a forma-sujeito histórica, produzindo diferentes

efeitos nos processos de identificação. Tal como a autora (op.cit), compreendemos que o sujeito é um sujeito de linguagem, que se apropria desta num movimento social, o que reflete o modo como aquele é interpelado pela ideologia. Dessa maneira, há de se pensar que as políticas de ensino não são transparentes. Há um sentido latente de regularidade, de ordem. O Estado, por sua vez, se coloca no lugar do adequado. Daí, falar de sujeito é falar de efeito de linguagem; sujeito enquanto um ser de linguagem. Um sujeito que se pensa livre, mas é assujeitado às regras do Estado.

Nessa direção, a leitura que se faz com os resultados catastróficos da figura (01) é uma compreensão que permite descortinar a evidência em torno do ensino de língua e das políticas de ensino no Brasil, a partir do Exame Nacional. Assim, compreendemos que a avaliação da redação no ENEM corrobora para se pensar a disciplinarização das posições-sujeito, pela submissão à escrita. Isso remete ao processo de individuação do sujeito pelo Estado.

Esquema 01 – Processo de constituição do sujeito.



Fonte: Disponível em: Cad.Est.Ling., Campinas, 51(2): 219-234, Jul./Dez. Orlandi (2009).

Em relação esquema (01), proposto por Orlandi (2009), que trata do processo de constituição do sujeito, pode-se dizer que, quando se fala em individuação do sujeito pelo Estado, a língua também faz parte do que é individuado. Neste caso, podemos dizer que há uma língua institucionalizada, que se apresenta como a caução do Estado e que aparece legitimada no social. Esta língua institucionalizada é a que se pretende/almeja que seja ensinada na Escola, a língua formal, normatizada.

Há um discurso dominante sobre a língua, na sociedade capitalista, que é o da língua que tem correção, regularidade e unidade imaginária. No entanto, é necessário que este sujeito não só saiba a língua, mas saiba que a sabe (ORLANDI, 2005), pois cabe à Escola a formação do aluno enquanto sujeito-escolarizado, sujeito do conhecimento e da língua.

Entendemos, de acordo com o esquema proposto, que não há uma relação entre homem e mundo, senão pela linguagem. Isso significa que a língua(gem) é o lugar do simbólico. É ela que torna possível a interpelação do indivíduo em sujeito. Recai aqui uma questão importante: a de que a passagem do indivíduo bio-psico social para a forma-sujeito se dá pela submissão à língua para significar.

Compreende-se disso, que o discurso do Exame Nacional aponta para um sujeito do conhecimento “adequado”, “pertinente” e eficaz no uso e na utilização dos mecanismos linguísticos. Entretanto, há de se pensar no lugar do Estado em relação à legitimação das políticas de língua escrita, assim como o lugar do ENEM, enquanto “porta-voz” do Estado, pois há um discurso que legitima o texto “ideal”, que subjaz a regularidade e a objetividade. Entretanto, o sujeito, inscrito no Exame Nacional é um efeito imaginário da política de língua que o próprio Estado regulamenta e institui como norma.

Ainda, diante do que dá a ler o resultado ENEM/2015, há que se pensar o sistema da língua é o mesmo para o sujeito que dispõe e para aquele que não dispõe de certo conhecimento da língua. Pêcheux (2009) afirma que a língua se apresenta como a base dos processos discursivos e, como tal, é compreendida como condição para a produção e circulação dos efeitos de sentido. A partir do que afirma o autor, compreende-se que o “imaginário de ideal” não se sustenta numa fixidez, numa linearidade, ou seja, há um real na língua que “fura” o sistema imaginário tradicional, uno e transparente (ORLANDI, 2009). Dito de outro modo, conceber a língua, na perspectiva discursiva, significa reconhecer que algo sempre escapa à univocidade, isto é, pelo viés da AD, a língua compreende a ordem do dito e do não-dito. Neste caso, emerge a impossibilidade de se dizer o tudo na língua, ou seja, o efeito de completude do sentido e do sujeito é, pois, ideológico.

A língua é afetada desde sempre pelo político. No dizer de Orlandi (2007, p. 08), “uma língua é um corpo simbólico político que faz parte das relações entre sujeitos”. Assim, compreende-se, pelo fio do discurso, uma posição-sujeito *já-lá*,

“engessada” no enquadramento da política de escrita da redação e materializada no resultado do gráfico. Entendemos, dessa forma, que há jogos de projeção inscritos no imaginário de sujeito-ideal que se contrapõe sobre o real. Isso nos faz compreender que as condições do processo avaliativo do ENEM estão permeadas por mecanismos do Estado que normalizam e classificam o sujeito-aluno. Estas são maneiras coercitivas que visam ‘passar alguns’ e não ‘passar todos’ ao ensino superior. Ou seja, é uma maneira de dizer que o acesso à universidade não é uma conquista que compete a todos, da mesma forma que obter nota mil na redação também não é.

Sujeito e escrita: o imaginário de ideal versus real nas políticas de escrita do ENEM

Recortando nossa problemática, inicialmente posta, para as considerações finais, podemos dizer que o Exame Nacional inscreve-se em uma posição política de Estado, que reverbera sentidos sobre a relação sujeito/escrita, cujos efeitos de sentido repercutem na maneira como está disposta a política de acesso ao ensino superior, ou seja, olhar para o resultado da prova de redação do ENEM como uma avaliação que normatiza certas relações, produz, entre outras coisas, um processo de homogeneização de saberes. Entretanto, compreender o funcionamento discursivo da língua é reconhecer a falta e a incompletude como inerentes nesse processo. Retomamos Pêcheux (2009) para dizer que há em todo ritual, falhas, isto é, as práticas ideológicas são reguladas por rituais que dizem de um lugar e não de outro. Daí pensarmos na falha, assim como na incompletude como questões próprias da AD.

Retomamos nossa provocação inicial sobre os dados catastróficos do gráfico, que foi refletir a discrepância, materializada nos resultados. O alarmante resultado nos moveu a pensar o lugar da escola, isto é, há um saber sobre a “língua ideal” projetada no gráfico, entretanto, essa projeção se apresenta como um gargalo em relação ao ensino da escrita na escola. Em outras palavras, há que se pensar, sobretudo, em um **saber da língua**, que se coloca como uma falta, a partir daquilo que o gráfico nos possibilita refletir. Não uma falta que precisa ser preenchida, mas refletida a partir de questões que dizem da relação sujeito/escrita e do ensino no Brasil.

Nessa linhagem, finalizamos com Milner (1987 p. 39) que diz: “na língua há sempre a impossível; o impossível de dizer tudo”. Segundo o autor, o tudo na língua se materializa pela incompletude e pelo movimento dos sentidos. Ao afirmar que “o

tudo não pode ser dito” (MILNER, idem), entendemos que toda língua é afetada por uma divisão, um impossível, inscrito na própria ordem da língua, em que a unidade de completude é um efeito. Assim, há de se pensar no modo heterogêneo de constituição da escrita pela relação sujeito/linguagem. Esse é o lugar da heterogeneidade do sujeito e da escrita.

Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**: notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. 11 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FOUCAULT, M. (1975) **Vigiar e punir**. Trad. Raquel Ramallete. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. 2. ed. Trad. Maria Fausta P. de Castro. Posfácio de Oswald Ducrot. Editora da Unicamp, Campinas, SP, 2013.

MILNER, J.C. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

NUNES, J. H. **Formação do leitor brasileiro**: imaginário de leitura no Brasil Colonial. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1994.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. São Paulo, SP. Editora Brasiliense, 1983.

_____. **Discurso e texto**: Formulação e Circulação de Sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **A Análise do discurso em suas diferentes tradições intelectuais**: o Brasil. Ed. Claraluz, São Carlos, 2005.

_____. **Língua brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

_____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma História das Ideias no Brasil. Ed Cortez, São Paulo, 2002.

PÊCHEUX, M. Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux (1969). In: **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Gadet, F. & Hack, T. Tradução: B. Mariani *et al.* Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

_____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, UNICAMP, 2009.

_____. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. 4. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2006.

PFEIFFER, C. R. C. O lugar do conhecimento na escola: alunos e professores em busca de autorização. In: **Escrita, Escritura, Cidade (II)**. *Escritos*, nº 7, p. 9-20. Labeurb, 2002.



Recebido em 17 de abril de 2017
Aprovado em 19 de setembro de 2017